



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

2021-2026

 Tribunal Regional do Trabalho
2ª Região | São Paulo



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - Direção



DESEMBARGADOR LUIZ ANTONIO MOREIRA VIDIGAL

PRESIDENTE



DESEMBARGADORA TANIA BIZARRO QUIRINO DE MORAIS

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA



DESEMBARGADOR VALDIR FLORINDO

VICE-PRESIDENTE JUDICIAL



DESEMBARGADOR SERGIO PINTO MARTINS

CORREGEDOR REGIONAL

Des. Luiz Antonio Moreira Vidigal
 Des. Tania Bizarro Quirino De Moraes
 Des. Valdir Florindo Sergio Pinto Martins
 Des. Sonia Maria De Oliveira Prince Rodrigues Franzini
 Des. Marcelo Freire Gonçalves
 Des. Fernando Antonio Sampaio Da Silva
 Des. Rilma Aparecida Hemetério
 Des. Mariangela De Campos Argento Muraro
 Des. Mércia Tomazinho
 Des. Beatriz De Lima Pereira
 Des. Wilson Fernandes
 Des. Eduardo De Azevedo Silva
 Des. José Carlos Fogaça
 Des. José Roberto Carolino
 Des. Rafael Edson Pugliese Ribeiro
 Des. Ricardo Artur Costa E Trigueiros
 Des. Rovirso Aparecido Boldo
 Des. Sonia Maria De Barros
 Des. Sonia Aparecida Junro
 Des. Sergio Jose Bueno Junqueira Machado
 Des. Cândida Alves Leão
 Des. Jane Granzoto Torres Da Silva
 Des. Jucirema Maria Godinho Gonçalves
 Des. Ivani Contini Bramante
 Des. Ana Cristina Lobo Petinati
 Des. Ivete Ribeiro
 Des. Sílvia Terezinha De Almeida Prado Andreoni
 Des. Marta Casadei Momezzo
 Des. Davi Furtado Meirelles
 Des. Sonia Maria Forster Do Amaral
 Des. Rosa Maria Villa
 Des. Jomar Luz De Vassimon Freitas
 Des. Magda Aparecida Kersul De Brito
 Des. Carlos Roberto Husek

Des. Salvador Franco De Lima Laurino
 Des. Maria De Lourdes Antonio
 Des. Francisco Ferreira Jorge Neto
 Des. Doris Ribeiro Torres Prina
 Des. Wilma Gomes Da Silva Hernandes
 Des. Leila Aparecida Chevtchuk De Oliveira
 Des. Sérgio Roberto Rodrigues
 Des. Silvana Abramo Margherito Ariano
 Des. Maria Inês Ré Soriano
 Des. Paulo José Ribeiro Mota
 Des. Lilian Gonçalves
 Des. Manoel Antonio Ariano
 Des. Cíntia Táffari
 Des. Roberto Barros Da Silva
 Des. Jonas Santana De Brito
 Des. Bianca Bastos
 Des. Sandra Curi De Almeida
 Des. Adalberto Martins
 Des. Benedito Valentini
 Des. Maria Isabel Cueva Moraes
 Des. Sidnei Alves Teixeira
 Des. Ricardo Verta Luduvic
 Des. Rosana De Almeida Buono
 Des. Regina Aparecida Duarte
 Des. Simone Fritschy Louro
 Des. Kyong Mi Lee
 Des. Alvaro Alves Noga
 Des. Donizete Vieira Da Silva
 Des. Nelson Bueno Do Prado
 Des. Antero Arantes Martins
 Des. Dâmia Ávoli
 Des. Orlando Apuene Bertão
 Des. Armando Augusto Pinheiro Pires
 Des. Susete Mendes Barbosa De Azevedo

Des. Flávio Villani Macedo
 Des. Marcos César Amador Alves
 Des. Fernanda Oliva Cobra Valdivia
 Des. Ana Maria Moraes Barbosa Macedo
 Des. Elza Eiko Mizuno
 Des. Mauro Vignotto
 Des. Margoth Giacomazzi Martins
 Des. Maria Elizabeth Mostardo Nunes
 Des. Lycanthia Carolina Ramage
 Des. Maria José Bighetti Ordoño
 Des. Willy Santilli
 Des. Sônia Aparecida Costa Mascaro Nascimento
 Des. Fernando Alvaro Pinheiro
 Des. Maria Cristina Xavier Ramos Di Lasção
 Des. Daniel De Paula Guimarães
 Des. Celso Ricardo Peel Furtado De Oliveira
 Des. Sueli Tomé Da Ponte
 Des. Sônia Maria Lacerda
 Des. Ivete Bernardes Vieira De Souza
 Des. Cláudio Roberto Sá Dos Santos
 Des. Paulo Kim Barbosa

Estratégia do Tribunal	6
Condução dos Trabalhos	7
Macrodesafios do Poder Judiciário	8
Cadeia de Valor do TRT-2	9
Análise de Ambiente	
Matriz FOFA (SWOT)	10
Forças	11
Oportunidades	12
Fraquezas	13
Ameaças	14
Identidade Estratégica	15
Objetivos, Indicadores, Metas e Ações	
Objetivos	16
Indicadores estratégicos	17
Metas	17
Ações	17
Mapa Estratégico 2021-2026	18
Objetivos estratégicos	
Perspectiva sociedade	
1. Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	19
2. Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	20
Perspectiva Processos Internos	
3. Garantir a duração razoável do processo	21
4. Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	22
5. Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	23
6. Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	24
7. Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	25
Perspectiva Aprendizado e conhecimento	
8. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	26
9. Incrementar modelo de gestão de pessoas	27
10. Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	28

Ações Estratégicas

1. Instituir programa de capacitação de atendimento ao público	29
2. Campanha de comunicação ao público externo para disseminação das competências institucionais, estratégias e políticas públicas implantadas	30
3. Estabelecer e executar o plano de ação referente à Meta Nacional 9 - Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário	31
4. Realizar campanhas de divulgação do Plano de Logística Sustentável	32
5. Implementar o Selo de Excelência do TRT-2	33
6. Estabelecer processo para incentivar a redução do acervo de processos antigos	34
7. Estabelecer programa de capacitação de servidores e servidores em ações de execução e uso dos convênios	35
8. Consolidar o processo de gestão de riscos do TRT-2	36
9. Promover eventos temáticos de conciliação e mediação	37
10. Estabelecer programa de capacitação de conciliadores e mediadores	38
11. Aprimorar as ferramentas de identificação de demandas seriadas e seus respectivos precedentes	39
12. Estabelecer o processo de <i>Compliance</i> Institucional	40
13. Estabelecer repositório institucional de processos de trabalho	41
14. Estabelecer laboratório de inovação, inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	42
15. Consolidar o uso da ferramenta de BI para tomada de decisões	43
16. Implantar estrutura para cumprimento da LGPD	44
17. Promover uso de soluções nacionais para sistemas informatizados	45
18. Fortalecer a utilização do Sigeo como ferramenta de gestão orçamentária nas unidades	46
19. Estabelecer programa de capacitação para a gestão orçamentária	47
20. Institucionalizar a gestão por competências	48
21. Aperfeiçoar os processos de gestão de pessoas com o uso pleno do Sigeop	49
22. Instituir e executar o Plano Diretor de Gestão de Pessoas	50
23. Estabelecer plano de ação para fortalecimento da cultura da diversidade	51
24. Concluir a virtualização de processos	52
25. Instituir e executar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações	53

Indicadores de desempenho

Índice de Satisfação	55
Índice de integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário (Meta Nacional 9)	56
Índice de alcance das metas do Plano de Logística e Sustentabilidade	57
Índice de processos julgados (Meta Nacional 1)	58
Índice de processos antigos julgados (Meta Nacional 2)	59
Taxa de Congestionamento Líquida (Meta Nacional 5)	60
Idade do Acervo	61
Nível de Maturidade Global de Riscos	62
Índice de Conciliação (Meta Nacional 3)	63
Tempo médio entre a admissibilidade do incidente e a publicação da decisão com definição da tese jurídica	64
Índice Integrado de Governança e Gestão	65
Índice de cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016	66
Impacto de Restos a Pagar inscritos no limite de gastos para o exercício	67
Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores (Meta Nacional 10)	68
Clima Organizacional	69
Índice de processos judiciais eletrônicos (Meta Nacional 11)	70
Índice de conformidade da integridade e segurança dos sistemas e das bases de dados	71
Índice de Satisfação com os Sistemas de TIC	72

A Estratégia do Tribunal

A Administração Pública, em sua essência, tem como objetivo a proteção e a promoção do interesse coletivo por meio de serviços oferecidos à sociedade, observando os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Nesse contexto, o Planejamento Estratégico configura ferramenta essencial para que os recursos e esforços aplicados sejam adequadamente direcionados ao alcance da visão de futuro.

Dessa forma, pode-se afirmar que a estratégia institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região se define pelo caminho a ser trilhado, ao longo dos próximos seis anos, para legitimar a atuação do Tribunal no âmbito de sua competência, de modo a cumprir a missão estabelecida e atingir a visão de futuro pretendida.

Da condução dos trabalhos

Para a concepção desse plano foram observados os Macrodesafios estabelecidos pela Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário para o ciclo 2021-2026, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CSJT nº 259, de 14 de fevereiro de 2020 e também pela Resolução CNJ nº 325/2020, de 29 de junho de 2020.

Foram considerados ainda os objetivos, indicadores e metas que compõem o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (PEJ-JT) 2021-2026, aprovado pelo ATO CSJT.GP.SG Nº 34/2021, bem como as Metas Nacionais estabelecidas no XIV Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido nos dias 26 e 27 de novembro de 2020.

São elementos desse plano: a Missão Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sua Visão de Futuro, seus Valores Organizacionais, e seus Objetivos Estratégicos que direcionam as ações organizacionais previstas para o próximo sexênio. Foram também pilares nessa construção: avaliação e diagnóstico do ambiente (envolvendo o levantamento colaborativo das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) e os insumos identificados pelo processo de Gestão de Riscos Institucionais.

A elaboração do Plano foi liderada pelo Comitê de Planejamento e Gestão Participativa, instituído pelo ATO GP Nº 58/2018, que possui representatividade nas diversas áreas do Tribunal e nas partes interessadas que permeiam o relacionamento do Órgão com a Sociedade. Dessa forma, garantiu-se um processo decisório que permitiu a expressão de opiniões plurais com visão diversificada, preservando o equilíbrio nas deliberações, e orientando a condução das futuras ações institucionais por parte das pessoas em cargo de gestão.



MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO - 2021-2026

2021 ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO 2026

MISSÃO Realizar justiça.

VISÃO Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.

MACRODESAFIOS

SOCIEDADE

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

PROCESSOS INTERNOS

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATORIOS

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

ATRIBUTOS DE VALOR:

Acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização.





CADEIA DE VALOR DO TRT-2

ENTRADAS

RECLAMAÇÕES
TRABALHISTAS

AÇÕES
ORIGINÁRIAS

AÇÕES
DIVERSAS

RECURSOS

PEDIDOS DE
CONCILIAÇÃO

PEDIDOS DE
CERTIDÃO

PEDIDOS
DIVERSOS

MACROPROCESSOS DE APOIO

FINANÇAS E
ORÇAMENTO

GOVERNANÇA
CORPORATIVA

CONTROLE
INTERNO

CONTRATOS E
LICITAÇÕES

GESTÃO
ESTRATÉGICA

INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

TRAMITAÇÃO
PROCESSUAL
EM 1ª INSTÂNCIA

TRAMITAÇÃO
PROCESSUAL
NO 2º GRAU

TRAMITAÇÃO
PROCESSUAL
NO TST

GESTÃO DE
ARQUIVAMENTO

ATENDIMENTO
AO PÚBLICO E
OUTROS ÓRGÃOS

GESTÃO DE
EXPEDIENTES

GESTÃO DE PESSOAS

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

COMUNICAÇÃO SOCIAL

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÕES

PRODUTOS/SAÍDAS

DECISÕES
JUDICIAIS

JURISPRUDÊNCIA
CONSOLIDADA

CONCILIAÇÃO

PAGAMENTO DE
CRÉDITOS TRABALHISTAS

CERTIDÕES

BOAS PRÁTICAS
DE GESTÃO

INFRAESTRUTURA
ADEQUADA

REGULARIDADE
DA GESTÃO

TRANSPARÊNCIA

RECOLHIMENTO
E ARRECADAÇÃO

CLIENTES

JURISDICIONADOS
E JURISDICIONADAS

ADVOGADOS
E ADVOGADAS

TST

TRT2

TRTS

AGU

MPT

TCU

STF

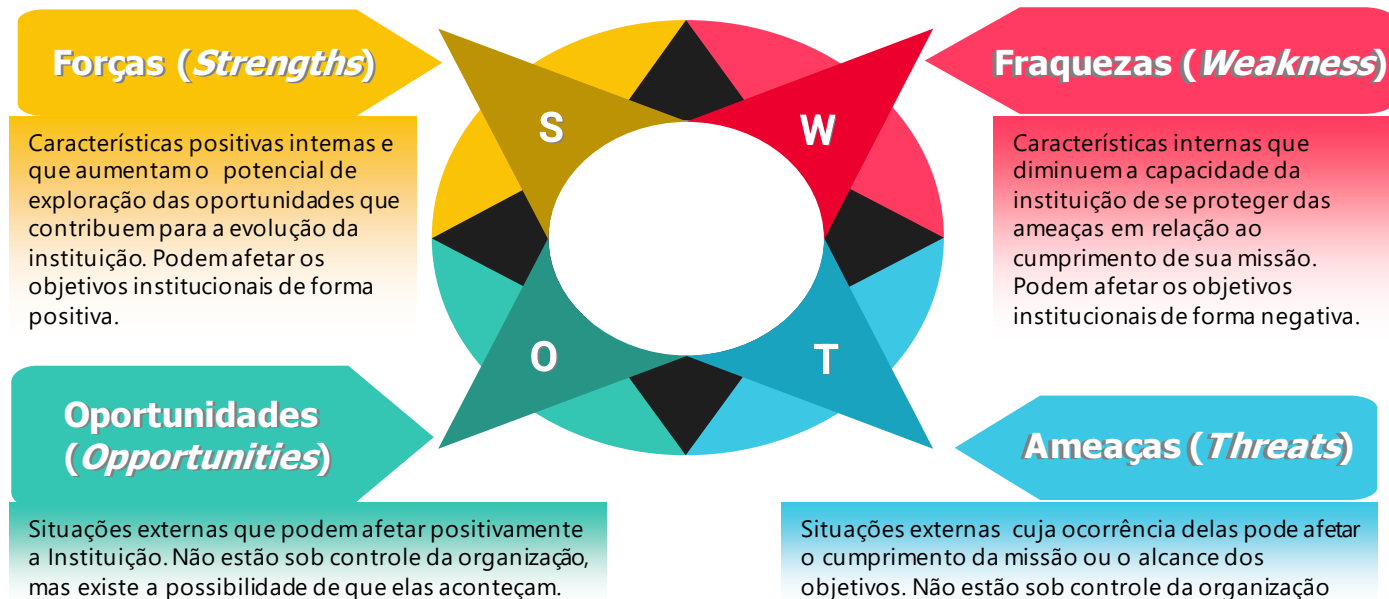
CNJ

UNIÃO FEDERAL

SOCIEDADE

Matriz FOFA (SWOT)

A matriz FOFA, também conhecida como matriz SWOT, é uma ferramenta gerencial que examina o ambiente interno e externo da instituição visando identificar oportunidades de melhoria e otimização do desempenho. Trata-se de uma técnica importante para o mapeamento da situação atual do Tribunal, permitindo que o Planejamento Estratégico possa trilhar suas ações, com precisão, em busca da visão de futuro.



Forças (Strengths)

- Capital intelectual humano.
- Ambiente de trabalho.
- Prestação jurisdicional durante a pandemia da COVID-19.
- Adoção de formas de gestão de pessoas adaptadas ao teletrabalho e trabalho remoto.
- Implantação, padronização e modernização da infraestrutura física e tecnológica.
- Aperfeiçoamento e ampla utilização do Processo Judicial Eletrônico.
- Sistemas judiciais e administrativos com modelo de desenvolvimento colaborativo e compartilhado.
- Fortalecimento da estrutura de Governança.
- Adoção do Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho.
- Publicidade dos atos e prestação de contas à sociedade.
- Expertise em métodos de soluções consensuais de conflitos.
- Valorização da acessibilidade como meio de inclusão para a justiça social.

Oportunidades (*Opportunities*)

- Implantação, modernização e uniformização dos sistemas nacionais.
- Novas tecnologias aplicáveis à Justiça do Trabalho.
- Otimização da alocação dos recursos orçamentários em razão da gestão eficiente e redução de custos obtidos durante o período do Covid-19.
- Compartilhamento de boas práticas entre os Regionais.
- Parcerias institucionais e ampliação da rede de cooperação judiciária.
- Estímulo à adoção de boas práticas de Governança Pública.
- Estímulo à solução de conflitos por métodos consensuais.
- Alinhamento da Justiça do Trabalho aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).
- Visibilidade da Justiça do Trabalho.
- Existência de políticas públicas de inclusão social.

Fraquezas (Weakness)

- Insuficiência dos quadros de pessoal.
- Escassez de treinamentos em virtude da priorização de verbas imposta pelas restrições orçamentárias.
- Ausência de formação de magistradas e magistrados em aspectos de gestão.
- Capacitação insuficiente do corpo técnico para atuação na execução dos processos judiciais.
- Prolongamento do período de aprendizagem (para ingressantes no período de pandemia).
- Falta de uniformidade e efetividade do modelo de avaliação de desempenho e do modelo de Gestão de Pessoas por Competências.
- Resistência às mudanças (cultura organizacional).
- Frequentes intercorrências na usabilidade do PJe.
- Dificuldade em implementar as medidas de valorização da área de TIC previstas na Res. CNJ 370/2021.
- Recursos financeiros insuficientes para o investimento necessário em inovação tecnológica e inteligência artificial.
- Comunicação e assimilação insuficientes na execução da estratégia.
- Gestão do conhecimento sistemática e efetiva em nível ainda incipiente.
- Pluralidade de controles e ausência de padronização de procedimentos.
- Baixa maturidade em Gestão de Riscos.
- Falhas no atendimento às usuárias e usuários.
- Tempo elevado de tramitação processual.
- Baixa efetividade nas execuções trabalhistas e fiscais.
- Baixa efetividade dos serviços online.

Ameaças (Threats)

- Crescimento de distúrbios na saúde mental.
- Impossibilidade de nomeação de cargos vagos que ainda representem despesas.
- Impactos da pandemia do COVID-19.
- Falta de uma política salarial para reposição das perdas inflacionárias da remuneração de pessoal.
- Ataques Cibernéticos / Disseminação e sofisticação de *Malwares*.
- Redução do número de servidoras e servidores necessários para a execução das atividades de TIC.
- Diminuição no repasse orçamentário da União / Restrição orçamentária ocasionada pela Emenda Constitucional nº 95/2016.
- Mudança climática e impactos socioambientais.
- Conjuntura Política e Socioeconômica desfavorável.
- Direcionamento nacional obrigatório que conflite com a realidade de gestão do TRT-2.
- Diretrizes conflitantes envolvendo órgãos superiores e fiscalizadores.
- Quebras contratuais por parte de pessoas jurídicas contratadas pelo Tribunal.
- Alterações legislativas.
- Represamento de julgamentos do STF em matéria trabalhista.
- Aumento do fluxo de imigração.
- Queda da oferta de trabalho e aumento da taxa de desemprego.
- Questionamento da relevância dos direitos sociais e da Justiça do Trabalho.

Missão, Visão e Valores

Missão é a razão da existência de uma organização, uma declaração do propósito pela qual a instituição foi idealizada, construída e estruturada. A missão do TRT-2 é:



“Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Visão é a descrição de um estado futuro desejado, considerando a viabilidade, o intervalo temporal necessário, o desafio evolutivo, e a motivação/mobilização organizacional, mesclando a aspiração e a inspiração. A visão do TRT-2 é:



“Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país.”

Valores são elementos norteadores de comportamento, que guiam a ação organizacional e traduzem sua cultura. Os valores do TRT-2 são:



Ética, Acessibilidade, Agilidade, Eficiência, Transparência, Inovação, Valorização das pessoas, Sustentabilidade, Efetividade, Comprometimento, Segurança jurídica e Respeito à diversidade.

Objetivos traduzem os desafios que norteiam o cumprimento do Plano Estratégico. São as diretrizes referenciais que orientam as ações em busca da visão de futuro almejada. São alinhados às perspectivas de atuação da Instituição que representam os diferentes pontos de vista e as expectativas do negócio.

As perspectivas presentes nesse plano são:



Sociedade: Representa os resultados desejados por quem utiliza os serviços de justiça. Traduz as expectativas da coletividade, do corpo social que depende direta ou indiretamente da prestação jurisdicional.



Processos Internos: Representa as transformações e adaptações necessárias ao conjunto de rotinas e procedimentos internos que influenciam de algum modo no cumprimento da estratégia. Os objetivos vinculados a essa perspectiva estão normalmente atrelados à forma como as ações serão implementadas e conduzidas na Instituição para execução do plano.



Aprendizado e Crescimento: Representa a capacidade de resposta evolutiva na gestão das pessoas e dos recursos necessários ao funcionamento da Instituição e à busca pelos objetivos estratégicos. Relaciona-se às iniciativas de racionalização de custos e de processos, de inovação e de melhoria na qualidade das entregas.

Indicadores estratégicos informam o quanto a Instituição se aproxima ou se afasta da consecução de sua visão de futuro. São representações, geralmente numéricas, que medem a evolução do plano estratégico e permitem identificar a efetividade das ações em relação aos objetivos estabelecidos quando comparados às metas definidas.

Metas definem os resultados almejados, dentro de uma escala temporal, para que a estratégia seja plenamente executada. Estabelecem quantitativamente a evolução planejada. A definição de uma meta necessita observar as características do modelo S.M.A.R.T.:

S - *Specific* (ser específica)
M - *Measurable* (ser mensurável)
A - *Achievable* (ser atingível)
R - *Relevant* (ser relevante)
T - *Time-based* (ser temporal)

Ações representam projetos, iniciativas e programas que operacionalizam a execução do plano estratégico e direcionam recursos e esforços com a finalidade de se atingir as metas estabelecidas. Podem ser isoladas ou relacionadas entre si e ocorrem tanto paralelamente, quanto de modo sequencial e dependente. Estão intimamente ligadas aos objetivos, no entanto, sem que sua execução implique, necessariamente, no cumprimento deles. As ações são a materialização do plano na forma de atitude Institucional.



VISÃO

Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país.

MISSÃO




Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.



VALORES

Ética, Acessibilidade, Agilidade, Eficiência, Transparência, Inovação, Valorização das pessoas, Sustentabilidade, Efetividade, Comprometimento, Segurança jurídica e Respeito à diversidade.



Perspectivas	 Sociedade	Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais			Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	
	 Processos Internos	Garantir a duração razoável do processo	Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica
	 Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira		Incrementar modelo de gestão de pessoas		Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados



1. Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais

Aperfeiçoar os processos de comunicação com foco na divulgação e disseminação das competências institucionais, estratégias e políticas públicas implantadas, e resultados operativos da jurisdição trabalhista para todos os atores do sistema de justiça e sociedade, para fortalecer a transparência e a imagem da Justiça do Trabalho.

Ações Relacionadas:

Ação 01 – Instituir programa de capacitação de atendimento ao público

Ação 02 – Campanha de comunicação ao público externo para disseminação das competências institucionais, estratégias e políticas públicas implantadas

Indicadores Relacionados:

IS-JT: Índice de Satisfação

Alinhamentos Externos	
Plano Estratégico da Justiça do Trabalho	Macrodesafios do Poder Judiciário
Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade Garantia dos Direitos Fundamentais.



2. Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação de trabalhadoras e trabalhadores, a não discriminação de gêneros, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.

Ações Relacionadas:

Ação 03 – Estabelecer e executar o plano de ação referente à Meta Nacional 9 - Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

Ação 04 – Elaborar e executar o Plano de Logística Sustentável

Indicadores Relacionados:

IIA2030: Índice de integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário

IAM-PLS: Índice de alcance das metas do PLS

Metas Nacionais Relacionadas	Alinhamentos Externos	
	Plano Estratégico da Justiça do Trabalho	Macrodesafios do Poder Judiciário
Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Promoção da Sustentabilidade Garantia dos direitos fundamentais.



3. Garantir a duração razoável do processo

Materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases, garantindo-se a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação processual, reduzindo-se o congestionamento de processos e elevando-se a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Ações Relacionadas:

Ação 05 – Implementar o Selo de Excelência do TRT-2

Ação 06 – Estabelecer processo para incentivar a redução do acervo de processos antigos

Ação 07 – Estabelecer programa de capacitação de servidoras e servidores em ações de execução e uso dos convênios

Indicadores Relacionados:

IPJ: Índice de Processos Julgados

IPAJ: Índice de Processos Antigos Julgados

TCL: Taxa de Congestionamento Líquida

IdACERVO: Idade do Acervo

Metas Nacionais Relacionadas		
Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos	Meta 2: Julgar processos mais antigos	Meta 5: Reduzir a taxa de congestionamento

Alinhamentos Externos	
Plano Estratégico da Justiça do Trabalho	Macrodesafios do Poder Judiciário
Garantir a duração razoável do processo	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional



4. Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados

Promover mecanismos de integridade e transparência nos atos de gestão praticados, garantindo o alinhamento com a estratégia corporativa. Priorizar a gestão das despesas com maior impacto orçamentário e a aplicação eficiente dos recursos públicos.

Ações Relacionadas:

Ação 08 – Consolidar o processo de gestão de riscos do TRT-2

Indicadores Relacionados:

NMGR: Nível de Maturidade Global de Riscos

Alinhamentos Externos	
Plano Estratégico da Justiça do Trabalho	Macrodesafios do Poder Judiciário
Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Enfrentamento à Corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais



5. Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

Proporcionar o desenvolvimento da cultura da paz, estimulando a aplicação de meios consensuais de solução de conflito, como a mediação e a conciliação, com vistas a consolidar a Política de Tratamento Adequada de Conflito de Interesses, prevista na Resolução CNJ nº 125/2010 e na Resolução CSJT n.º 174/2016.

Ações Relacionadas:

Ação 09 – Promover eventos temáticos de conciliação e mediação

Ação 10 – Estabelecer programa de capacitação de quem realiza as conciliações e as mediações

Indicador Relacionado:

IC: Índice de Conciliação

Metas Nacionais Relacionadas	Alinhamentos Externos	
Meta 3: Estimular a conciliação	Plano Estratégico da Justiça do Trabalho	Macrodesafios do Poder Judiciário
	Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	Prevenção de litígio e adoção de soluções consensuais para os conflitos



6. Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas

Garantir estrutura, sistemas de informação, processos de trabalho padronizado, bem como pessoal qualificado para o tratamento e solução das demandas judiciais seriadas, visando alcançar maior segurança jurídica, economia processual e racionalidade administrativa na gestão judiciária.

Ações Relacionadas:

Ação 11 - Aprimorar as ferramentas de identificação de demandas seriadas e seus respectivos precedentes.

Indicadores Relacionados:

TMAI: Tempo médio entre a admissibilidade do incidente e a publicação da decisão com definição da tese jurídica

Alinhamentos Externos	
Plano Estratégico da Justiça do Trabalho	Macrodesafios do Poder Judiciário
Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios



7. Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica

Aprimorar as estruturas de governança e gestão estratégica, de modo a desenvolver processos de trabalho inovadores, com suporte de sistemas digitais integrados de gestão de pessoal, de aquisições, de finanças, bem como os relacionados às atividades de *compliance* e gestão de riscos organizacional, que permitam a tramitação de processos e documentos e a prática de atos de gestão com maior rastreabilidade, segurança, confiabilidade, integridade, atualidade, celeridade, transparência e eficiência.

Ações Relacionadas:

Ação 05 – Implementar o Selo de Excelência do TRT-2

Ação 12 – Estabelecer o processo de *Compliance* Institucional

Ação 13 – Estabelecer repositório institucional de processos de trabalho

Ação 14 – Estabelecer laboratório de inovação, inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Ação 15 – Consolidar o uso da ferramenta de B.I. para tomada de decisões

Ação 16 – Implantar estrutura para cumprimento da LGPD

Ação 17 – Promover uso de soluções nacionais para sistemas informatizados

Indicador Relacionado:

IGG: Índice Integrado de Governança e Gestão

Alinhamentos Externos	
Plano Estratégico da Justiça do Trabalho	Macrodesafios do Poder Judiciário
Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária



8. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Assegurar a eficiência da gestão de custos vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado e universal de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados íntegros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento.

Ações Relacionadas:

Ação 18 – Fortalecer a utilização do Sigeo como ferramenta de gestão orçamentária nas unidades

Ação 19 – Estabelecer programa de capacitação para gestão orçamentária

Indicadores Relacionados:

ICEC95-JT: Índice de cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016

IRPLGE: Impacto de Restos a Pagar inscritos no limite de gastos para o exercício

Alinhamentos Externos	
Plano Estratégico da Justiça do Trabalho	Macrodesafios do Poder Judiciário
Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira



9. Incrementar modelo de gestão de pessoas

Desenvolver, regulamentar e aplicar estratégias eficientes de alocação de força de trabalho, bem como propiciar um ambiente de trabalho saudável, levando-se em consideração os aspectos biopsicossociais que envolvam a organização do trabalho e a gestão por competências, tendo como referencial a corresponsabilidade das lideranças e a autorresponsabilidade de servidoras, servidores, magistradas e magistrados, os normativos dos órgãos de controle, as peculiaridades da jurisdição trabalhista, as competências exigíveis para o trabalho digital, como também as modalidades de trabalho presencial e à distância, além da inovação dos métodos de trabalho.

Ações Relacionadas:

- Ação 20** – Institucionalizar a gestão por competências
- Ação 21** – Aperfeiçoar os processos de gestão de pessoas com o uso pleno do Sigep
- Ação 22** – Instituir e executar o Plano Diretor de Gestão de Pessoas
- Ação 23** – Estabelecer plano de ação para fortalecimento da cultura da diversidade

Indicadores Relacionados:

- IPSMS:** Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores
- CLIMA:** Clima Organizacional

Metas Nacionais Relacionadas	Alinhamentos Externos	
Meta 10: Promover a saúde de Magistrados e Servidores	Plano Estratégico da Justiça do Trabalho	Macrodesafios do Poder Judiciário
	Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas





10. Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

Garantir o aprimoramento, a integridade e a disponibilidade dos sistemas de informação e dos bancos de dados mantidos pela Justiça do Trabalho, por meio de mecanismos de controle consistentes, bem como a modernização de ativos e tecnologias que visem à implementação de grandes bases de dados e aplicação de inteligência artificial para a melhoria dos processos de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

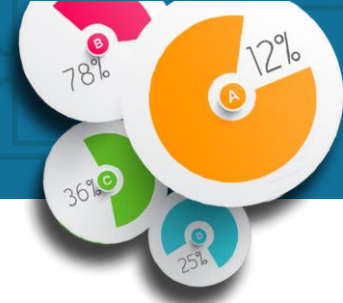
Ações Relacionadas:

- Ação 16** – Implantar estrutura para cumprimento da LGPD
- Ação 17** – Promover uso de soluções nacionais para sistemas informatizados
- Ação 24** – Concluir a virtualização de processos
- Ação 25** – Instituir e executar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações

Indicadores Relacionados:

- IPJE**: Índice de processos judiciais eletrônicos
- ICISSBD**: Índice de conformidade da integridade e segurança dos sistemas e das bases de dados
- ISTIC-JT**: Índice de satisfação com os sistemas de TIC

Metas Nacionais Relacionadas	Alinhamentos Externos	
Meta 11: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica	Plano Estratégico da Justiça do Trabalho	Macrodesafios do Poder Judiciário
	Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados

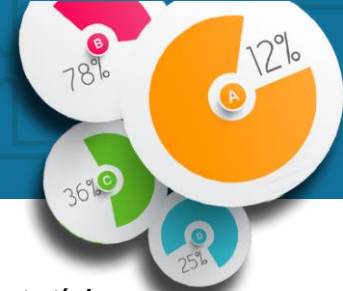


1. Instituir programa de capacitação de atendimento ao público

Estabelecer processo contínuo de capacitação, promover e melhorar as iniciativas inovadoras de atendimento, que permitam um padrão de atendimento focado nas necessidades de cidadãs e cidadãos, elevando a qualidade dos serviços prestados, facilitando o acesso aos serviços e às informações e melhorando a imagem da Instituição.

Objetivo relacionado:

1. Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais

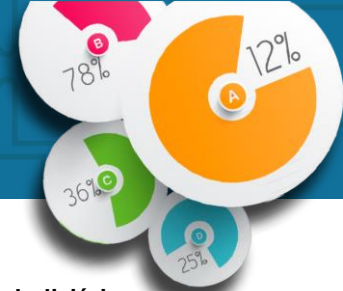


2. Campanha de comunicação ao público externo para disseminação das competências institucionais, estratégias e políticas públicas implantadas

Inovar e fortalecer os canais de comunicação internos e externos, divulgar a atuação do Órgão, com o intuito de aumentar a transparência e aprimorar a imagem do Tribunal, e de seu corpo intelectual, perante a sociedade.

Objetivo relacionado:

1. Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais

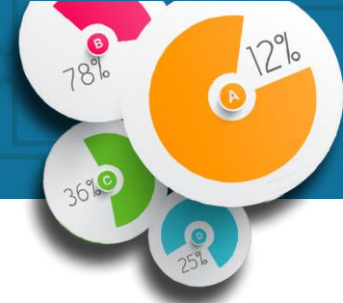


3. Estabelecer e executar o plano de ação referente à Meta Nacional 9 - Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

Estabelecer metas e objetivos voltados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030, por meio de ações, apontando responsáveis pelo seu cumprimento e acompanhando o andamento de sua execução, visando o resultado ou impacto positivos em relação ao tema descrito no Plano de Ação anual deste Regional.

Objetivo relacionado:

2. Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

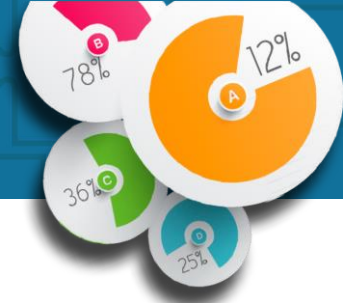


4. Realizar campanhas de divulgação do Plano de Logística Sustentável

Desenvolver o novo Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRT-2 para o período 2021-2026, pautado no PEI 2021-2026, de modo a contemplar a estratégia de sustentabilidade de longo prazo da instituição, bem como gerenciar e acompanhar os resultados dos projetos e metas definidas para o alcance dos objetivos estratégicos.

Objetivo relacionado:

2. Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

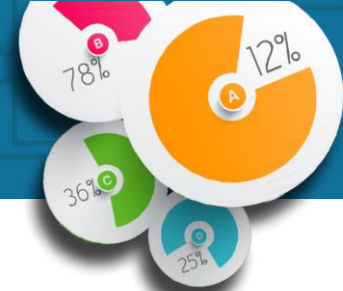


5. Implementar o Selo de Excelência do TRT-2

Estimular a excelência na gestão dos indicadores e no planejamento alinhando a gestão das unidades organizacionais ao Planejamento Estratégico Institucional, ao cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário e às diversas demandas dos Órgãos Superiores e da sociedade. Reconhecer as unidades pela qualidade da gestão administrativa, de governança e de gestão de pessoas.

Objetivo relacionado:

3. Garantir a duração razoável do processo
7. Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica

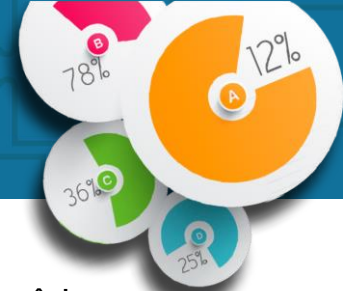


6. Estabelecer processo para incentivar a redução do acervo de processos antigos

Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento, nos 1º e 2º graus, bem como identificar e promover ações para os processos na fase de execução. Verificar e criar meios que possam identificar o represamento de processos, bem como mapear boas práticas administrativas.

Objetivo relacionado:

3. Garantir a duração razoável do processo

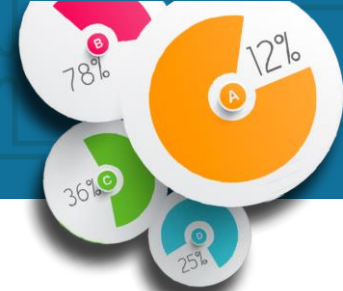


7. Estabelecer programa de capacitação de servidoras e servidores em ações de execução e uso dos convênios

Realizar convênios e parcerias e prover meios novos ou aprimorados que melhorem a eficácia nas unidades e nos postos que realizam tarefas na fase de execução trabalhista. Fortalecer as competências de execução e fornecer mecanismos que incentivem a uniformização de procedimentos de forma que se possa atingir maior efetividade e celeridade na efetivação do crédito trabalhista.

Objetivo relacionado:

3. Garantir a duração razoável do processo

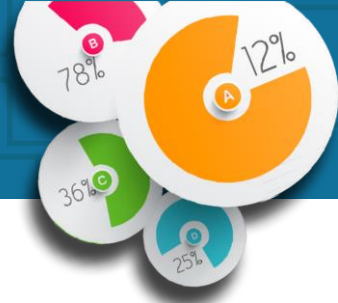


8. Consolidar o processo de gestão de riscos do TRT-2

Assegurar a continuidade do processo de Gestão de Riscos, buscando integrá-lo às atividades internas das diversas áreas, de forma a otimizar o tempo e a utilização dos recursos disponíveis com o foco em resultados que protejam e gerem valor para a instituição. Aprimorar o desempenho da instituição no sentido da atuação preventiva, sustentável e íntegra, bem como fomentar as melhores práticas de gestão e disseminar os resultados obtidos.

Objetivo relacionado:

4. Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados

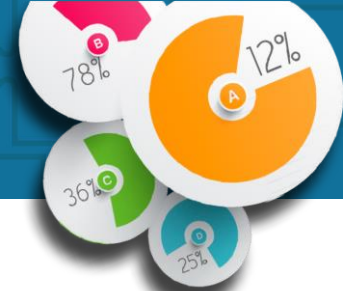


9. Promover eventos temáticos de conciliação e mediação

Fortalecer a mediação, implementando melhorias nos canais existentes e propondo soluções inovadoras. Estimular as práticas de acordo extrajudicial e zelar pela satisfação das partes envolvidas.

Objetivo relacionado:

5. Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

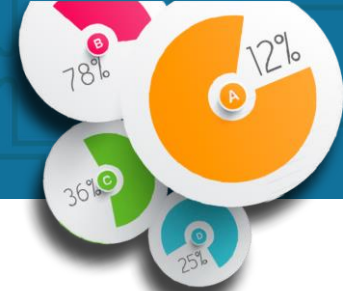


10. Estabelecer programa de capacitação de quem realiza as conciliações e as mediações

Estabelecer processo contínuo de capacitação, promover e melhorar as iniciativas inovadoras de mediação de conflitos que permitam fortalecer as competências necessárias para a conciliação, focado nas necessidades das partes, melhorando a pacificação social e a celeridade processual.

Objetivo relacionado:

5. Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

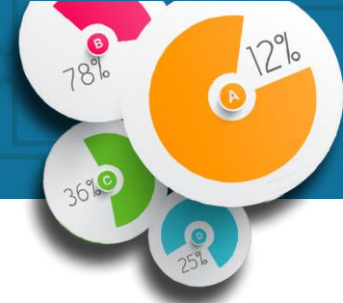


11. Aprimorar as ferramentas de identificação de demandas seriadas e seus respectivos precedentes

Estruturar e implantar sistema de busca de precedentes de forma a racionalizar procedimentos e garantir mecanismos eficientes de busca, monitoramento e extração de dados, sempre com vistas à uniformização das decisões judiciais seriadas. Capacitar e estimular as competências necessárias para a identificação e o andamento processual das demandas repetitivas nas diversas fases.

Objetivo relacionado:

6. Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas

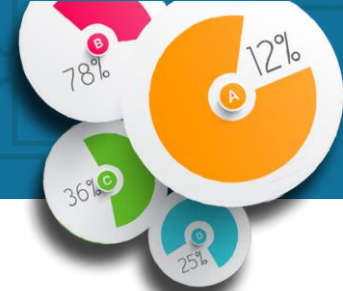


12. Estabelecer o processo de *Compliance* Institucional

Assegurar a continuidade da atuação em *compliance* de maneira preventiva por meio do Processo de Gestão de Riscos e estabelecer processo com o objetivo de avaliar, mapear e fomentar o alinhamento dos processos e produtos aos normativos e legislação vigentes, padrões e boas práticas inerentes à gestão da administração pública, contribuindo no aprimoramento de controles e no aumento de maturidade no tema Conformidade.

Objetivo relacionado:

7. Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica

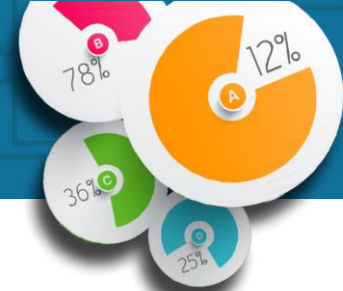


13. Estabelecer repositório institucional de processos de trabalho

Definir metodologia e implementar o gerenciamento de processos de trabalho voltados para o armazenamento e a organização das rotinas das unidades, estimulando as boas práticas e a melhoria contínua dos procedimentos, propiciando meios para o redesenho de fluxos e a readequação da estrutura organizacional. Estimular a disseminação e a gestão do conhecimento.

Objetivo relacionado:

7. Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica

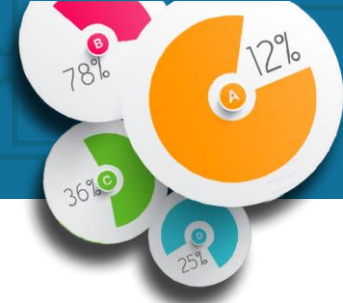


14. Estabelecer laboratório de inovação, inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Criar espaços preferencialmente virtuais projetados para fomentar condições favoráveis para que a inovação ocorra. Através do estabelecimento de um ambiente criativo e colaborativo, possibilitar a participação de equipes multidisciplinares para compartilhamento e desenvolvimento de ideias e conhecimentos. Pensar em soluções inovadoras, alinhando avanço tecnológico e Justiça 4.0 à promoção da sustentabilidade e dos direitos humanos, visando novos projetos para o alcance dos objetivos organizacionais.

Objetivo relacionado:

7. Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica

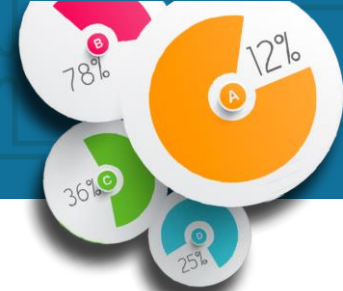


15. Consolidar o uso da ferramenta de B.I. para tomada de decisões

Consiste em apoiar as pessoas que gerenciam o Órgão na tomada de decisões e no acompanhamento da estratégia e das ações institucionais. A partir de informações consistentes, qualificadas e obtidas de forma integrada entre as bases de dados dos diversos sistemas em uso, é possível garantir mecanismos eficientes de registro, monitoramento e extração de dados para obter melhores resultados.

Objetivo relacionado:

7. Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica

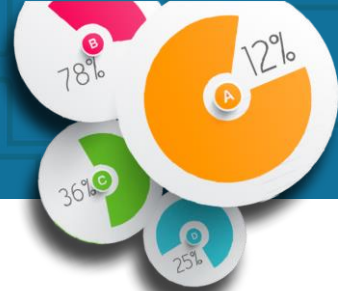


16. Implantar estrutura para cumprimento da LGPD

Modelar os processos de trabalho relacionados ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD, o que engloba o Mapeamento do Ciclo de Vida de Dados Pessoais, identificação e avaliação dos riscos de não conformidade, revisão de normas e políticas internas, elaboração de Política de Proteção Dados e de Programa de Governança em Proteção e Privacidade de Dados, capacitações e sensibilização no tema e demais iniciativas necessárias à conformidade.

Objetivos relacionados:

- 7. Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica
- 10. Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

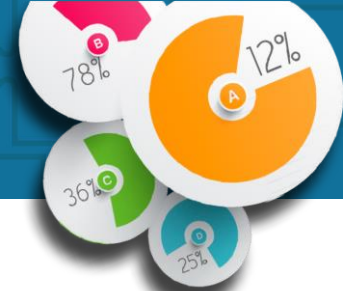


17. Promover uso de soluções nacionais para sistemas informatizados

Munir o Tribunal de soluções nacionais para sistemas informatizados disponibilizadas no âmbito da Justiça Trabalhista, garantindo e fomentando o pleno uso de suas funcionalidades.

Objetivos relacionados:

- 7. Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica
- 10. Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

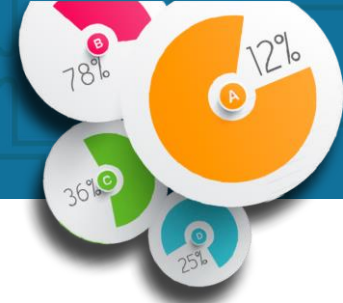


18. Fortalecer a utilização do Sigeo como ferramenta de gestão orçamentária nas unidades

Fomentar a utilização do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho–SIGEO-JT nas diversas unidades do Regional, de modo a sensibilizar os gestores sobre a importância da adoção do sistema, que propicia celeridade e tempestividade na obtenção de dados, uniformiza e racionaliza procedimentos operacionais, permitindo a integração do planejamento com a execução da despesa e o acompanhamento e monitoramento da execução orçamentária e financeira da despesa.

Objetivo relacionado:

8. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

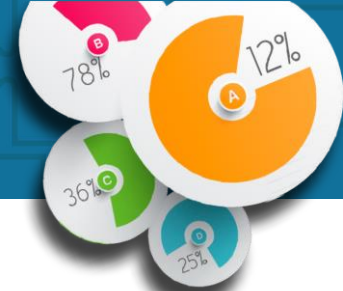


19. Estabelecer programa de capacitação para gestão orçamentária

Garantir o desenvolvimento profissional das pessoas em cargo de gestão e difundir o conhecimento por meio de capacitações contínuas na matéria orçamentária, voltadas principalmente às necessidades institucionais bem como às práticas, sistemas e controles já utilizados.

Objetivo relacionado:

8. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

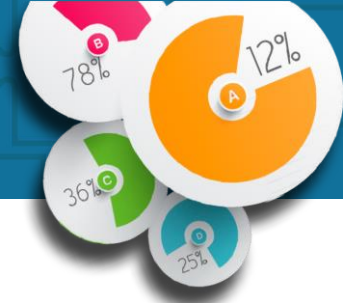


20. Institucionalizar a gestão por competências

Definir e implantar o modelo de gestão de pessoas por competências no TRT-2, mapeando as competências necessárias aos postos de trabalho. Fortalecer a unidade responsável pela gestão por competências e definir os subsistemas de gestão de pessoas que utilizarão o modelo de gestão por competências (banco de talentos, seleção interna, lotação por perfil profissional x competências da unidade, capacitação, etc.). Visa adequar, de forma equitativa, as competências requeridas do quadro de pessoal aos objetivos institucionais, com foco no desenvolvimento pessoal.

Objetivo relacionado:

9. Incrementar modelo de gestão de pessoas

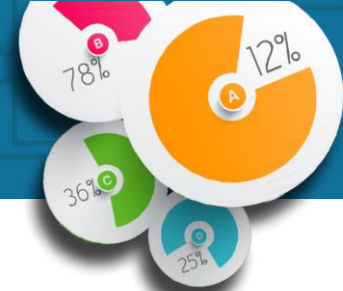


21. Aperfeiçoar os processos de gestão de pessoas com o uso pleno do Sigep

Munir o Tribunal de sistemas nacionais disponibilizados no âmbito do Programa Sigep-JT, garantindo pleno uso das funcionalidades. A implantação e difusão das soluções é essencial para o aprimoramento dos processos de trabalho e padronização de procedimentos.

Objetivo relacionado:

9. Incrementar modelo de gestão de pessoas

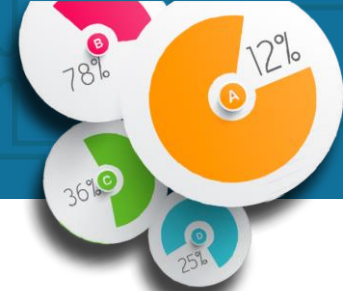


22. Instituir e executar o Plano Diretor de Gestão de Pessoas

Instituir um conjunto de políticas, técnicas e práticas definidas para viabilizar o desenvolvimento e aprimoramento do quadro de pessoal. Garantir o desenvolvimento profissional com condições adequadas, no qual a motivação e valorização de servidoras e servidores, a melhoria do clima organizacional e a humanização nas relações de trabalho seja instrumento de gestão, permitindo que as pessoas se sintam inseridas no contexto institucional.

Objetivo relacionado:

9. Incrementar modelo de gestão de pessoas

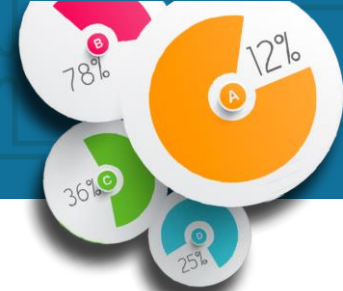


23. Estabelecer plano de ação para fortalecimento da cultura da diversidade

Conscientizar e defender a cultura organizacional pautada no respeito mútuo e na equidade de oportunidades e de condições de trabalho, promovendo um ambiente saudável, caracterizado pela defesa da diversidade. Institucionalizar mecanismos de identificação das diversidades do corpo da Organização, de diálogo participativo, de captação, apuração e acompanhamento de denúncias, bem como de fortalecimento do posicionamento institucional em defesa da pluralidade e da dignidade humana.

Objetivo relacionado:

9. Incrementar modelo de gestão de pessoas

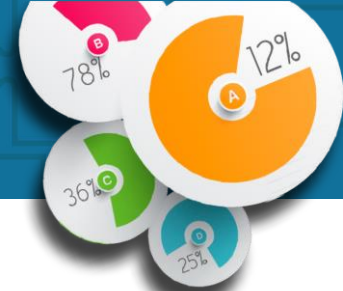


24. Concluir a virtualização de processos

Garantir a conversão dos processos físicos remanescentes, em andamento nas 1ª e 2ª instâncias, bem como nos órgãos superiores, em processos totalmente digitais com o objetivo de tornar a justiça mais ágil, transparente e eficiente. Fortalecer a utilização do processo judicial eletrônico e dos módulos satélites. Promover convênios e desenvolver as competências necessárias para a utilização desses sistemas.

Objetivo relacionado:

10. Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados



25. Instituir e executar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações

Consiste na elaboração, publicação, execução e monitoramento das iniciativas abrangidas pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC). O documento tem como objetivo fornecer uma visão específica dos temas técnicos de governança, infraestrutura, processos internos, recursos e outros correlatos de forma a garantir que os objetivos e ações estabelecidas sejam atingidos com sucesso.

Objetivo relacionado:

10. Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

INDICADORES DE DESEMPENHO



“Indicadores de desempenho refletem os ‘sinais vitais’ da organização. Eles servem para informar às pessoas o que estão fazendo, como estão se saindo e se estão agindo como parte de um conjunto. Os indicadores de desempenho comunicam o que é importante para toda a organização.”

Hroner



Objetivo estratégico: 1. Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais

Indicador Índice de Satisfação

Descrição Calcula o nível de satisfação dos usuários de serviços prestados pelo TRT-2

Fórmula
$$\frac{\text{AvalP}_{\text{Satis}}}{\text{Aval}_{\text{Satis}}} \times 100$$

Variáveis **AvalP_{Satis}**: Quantidade de avaliações positivas na pesquisa de satisfação
Aval_{Satis}: Total de avaliações da pesquisa de satisfação

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta							
Realizado							

Periodicidade: Bial

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos Atualmente é calculado no NUPEMEC e na Ouvidoria.

INDICADORES DE DESEMPENHO



Objetivo estratégico: 2. Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Indicador Índice de integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário (Meta Nacional 9)

Descrição Calcula a aderência do TRT-2 ao plano de ação estabelecido

Fórmula
$$\frac{AçExec}{AçPlan} \times 100$$

Variáveis
AçExec: Quantidade de ações executadas dentro do plano de ação estabelecido
AçPlan: Total de ações planejadas dentro do plano de ação estabelecido

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Realizado	100,0%						

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos



Objetivo estratégico: 2. Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Indicador	Índice de alcance das metas do Plano de Logística e Sustentabilidade
Descrição	Mede o percentual de indicadores do PLS que alcançaram suas metas em relação ao total de indicadores com meta definida medidos no período.
Fórmula	$\frac{\text{PLSAting}}{\text{TotIndPLS}} \times 100$
Variáveis	PLSAting: Quantidade de indicadores do PLS com metas atingidas TotInd_{PLS}: Total de indicadores do PLS

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	70,0%	75,0%	80,0%	85,0%	90,0%	95,0%	100,0%
Realizado	81,0%						

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: Seção de Gestão Socioambiental

Esclarecimentos

INDICADORES DE DESEMPENHO



Objetivo estratégico: 3. Garantir a razoável duração do processo

Indicador

Índice de processos julgados (Meta Nacional 1)

Descrição

Mede o percentual de processos julgados em relação ao total de processos distribuídos no 1º e 2º graus

Fórmula

$$\frac{\text{Julg}}{\text{Dist}} \times 100$$

Variáveis

Julg: Total de processos julgados

Dist: Total de processos distribuídos

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Realizado	73,8%						

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos

INDICADORES DE DESEMPENHO



Objetivo estratégico: 3. Garantir a razoável duração do processo

Indicador

Índice de processos antigos julgados (Meta Nacional 2)

Descrição

Mede o percentual de processos julgados que foram distribuídos até o ano t-2 em relação ao total de processos distribuídos até no ano t-2, no 1º e 2º graus

Fórmula

$$\frac{\text{JulgA}}{\text{DistA}} \times 100$$

Variáveis

JulgA: Total de processos julgados que foram distribuídos até o ano t-2

DistA: Total de processos distribuídos até o ano t-2

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%
Realizado	96,0%						

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos

INDICADORES DE DESEMPENHO



Objetivo estratégico: 3. Garantir a razoável duração do processo

Indicador Taxa de Congestionamento Líquida (Meta Nacional 5)

Descrição Mede o percentual de processos que ficaram parados sem solução (retirando do acervo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório), em relação ao total tramitado no período de um ano, no 1º e 2º graus.

Fórmula
$$\frac{\text{CP - Sus}}{\text{CP - Sus + TBaix}} \times 100$$

Variáveis
CP: Casos Pendentes no 1º e 2º Graus
Sus: Processos Suspensos, Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º e 2º Graus
TBaix: Processos Baixados no 1º e 2º Graus

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	-	42,2%	41,2%	40,2%	39,2%	38,2%	37,2%
Realizado	44,2%						

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos A Meta Nacional do CNJ é reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

INDICADORES DE DESEMPENHO



Objetivo estratégico: 3. Garantir a razoável duração do processo

Indicador Idade do Acervo

Descrição Indica o tempo de duração dos casos pendentes de baixa (1º e 2º graus), decorrido entre a data da autuação/recebimento até o último dia do ano-base.

Fórmula
$$\frac{\sum TCp}{Cp} \times 100$$

Variáveis **∑TCp:** Total de dias decorridos entre a data de autuação/recebimento na fase/na instância e o último dia do período-base
Cp: Total de processos pendentes de baixa no conhecimento e na execução (1º e 2º graus).

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	-	a definir	a definir	a definir	a definir	a definir	a definir
Realizado	-						

Periodicidade: Anual
Unidade de medida: Percentual
Fonte: CEGI

Esclarecimentos Média do número de dias decorridos entre a data de autuação ou recebimento na fase ou recebimento na instância e o último dia do período-base, referente aos processos pendentes de baixa no conhecimento e na execução (1º e 2º graus).



4. Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados

Indicador Nível de Maturidade Global de Riscos

Descrição Avalia o nível de maturidade organizacional em gestão de riscos com vistas à melhoria do desempenho da organização no cumprimento de sua missão institucional de gerar valor para as partes interessadas com eficiência e eficácia, transparência e accountability, e conformidade com leis e regulamentos.

Fórmula
$$\frac{\text{RIMit}}{\text{RIId}} \times 100$$

Variáveis
RIMit: Riscos de integridade mitigados
RIId: Riscos de integridade identificados

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	-	60,0%	70,0%	80,0%	85,0%	90,0%	95,0%
Realizado	-						

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: Estratégia

Esclarecimentos
 Nível Aprimorado: > 60%
 Nível Avançado: > 80%



Objetivo estratégico: 5. Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

Indicador Índice de Conciliação (Meta Nacional 3)

Descrição Calcula o percentual de processos que foram solucionados por conciliação.

Fórmula
$$\frac{\text{Conc1}}{\text{Sol1}} \times 100$$

Variáveis **Conc1:** Quantidade de processos solucionados por conciliação - 1º Grau
Sol1: Total de processos solucionados - 1º Grau (Excluídas as decisões de arquivamento, desistência e declaração de incompetência)

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	45,0%	51,0%	52,0%	53,0%	54,0%	55,0%	56,0%
Realizado	54,6%						

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos A Meta Nacional 3 do CNJ é aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual, com cláusula de barreira de 40%. No TRT-2 a média do biênio 2018/2019 foi de 50,28%, enquanto que em 2020 o índice foi de 54,59%.



Objetivo estratégico: 6. Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas

Indicador Tempo médio entre a admissibilidade do incidente e a publicação da decisão com definição da tese jurídica

Descrição Indica o tempo decorrido entre a admissibilidade dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) e a publicação da decisão com definição da tese jurídica, em relação ao total de IRDRs e IACs com acórdãos publicados no ano.

Fórmula
$$\frac{\sum (\text{SentIRDR} + \text{SentIAC}) \times (\text{DtAcordao} - \text{DtAdmis})}{\text{Declnc}} \times 100$$

Variáveis **(SentIRDR + SentIAC):** Total de IRDRs e IACs com acórdãos publicados no ano
(DtAcordao - DtAdmis): Data de publicação do acórdão – Data da afetação/admissão dos IRDRs e IACs
Declnc: Decisões de IRDRs e IACs

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	-	a definir	a definir	a definir	a definir	a definir	a definir
Realizado	-						

Periodicidade: Anual
Unidade de medida: Percentual
Fonte: Secretaria Geral Judiciária

Esclarecimentos

INDICADORES DE DESEMPENHO



Objetivo estratégico: 7. Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica

Indicador

Índice Integrado de Governança e Gestão

Descrição

Obtém e sistematiza informações sobre a situação de governança pública e gestão, de maneira a identificar os pontos mais vulneráveis e induzir melhorias nessas áreas.

Fórmula

iGov (TCU)

Variáveis

iGov: Índice de Governança calculado pelo TCU

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	-	a definir	a definir	a definir	a definir	a definir	a definir
Realizado	-						

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte:
TCU

Esclarecimentos

Itens de verificação do iGG: a) Governança pública – Liderança; b) Governança pública – Estratégia; c) Governança pública – Accountability; d) Gestão de pessoas; e) Gestão de tecnologia da informação; f) Gestão de contratações. Origem: TCU.

INDICADORES DE DESEMPENHO



Objetivo estratégico: 8. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Indicador Índice de cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016

Descrição Acompanha mensalmente e cumprimento do limite de gastos determinado pela EC 95/2016, estabelecendo uma cultura de programação de gastos dentro do exercício financeiro.

Fórmula
$$\frac{\text{DPP}}{\text{DODPA}} \times 100$$

Variáveis **DPP:** Despesa Primária Paga
DODPA: Dotação Orçamentária para Despesas Primárias Atualizada

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	-	a definir	a definir	a definir	a definir	a definir	a definir
Realizado	-						

Periodicidade:
Mensal

Unidade de medida: Percentual

Fonte: SCOF

Esclarecimentos DPP = VDPP (Valor das despesas primárias pagas do exercício) + VDPRP (Valor das despesas Primárias pagas de Restos a Pagar inscritos/reinscritos)

INDICADORES DE DESEMPENHO



Objetivo estratégico: 8. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Indicador

Impacto de Restos a Pagar inscritos no limite de gastos para o exercício

Descrição

Mede o percentual de restos a pagar inscritos em relação ao limite de gastos do TRT para o exercício.

Fórmula

$$\frac{\text{RPI}}{\text{LGE}} \times 100$$

Variáveis

RPI: Restos a pagar inscritos

LGE: Limite de gastos do TRT para o exercício

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	-	a definir	a definir	a definir	a definir	a definir	a definir
Realizado	-						

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: SCOF

Esclarecimentos

Restos a pagar inscritos: são as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, estando a sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente.



Objetivo estratégico: 9. Incrementar modelo de gestão de pessoas

Indicador	Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores (Meta Nacional 10)
Descrição	Mede o percentual de magistrados e servidores que realizaram exame periódico de saúde
Fórmula	$\frac{\text{EPS}}{\text{MagServ}} \times 100$
Variáveis	EPS: Total de exames periódicos de saúde realizados MagServ: Total de magistrados e servidores ativos

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	-	15,0%	16,0%	17,0%	18,0%	19,0%	20,0%
Realizado	2,5%						

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: Secretaria de Saúde

Esclarecimentos A Meta Nacional 10 do CNJ exige, além de realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e servidores, promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.

INDICADORES DE DESEMPENHO



Objetivo estratégico: 9. Incrementar modelo de gestão de pessoas

Indicador	Clima Organizacional
Descrição	Calcula o percentual de avaliações positivas recebidas nas pesquisas de clima organizacional em relação ao total de pesquisas respondidas.
Fórmula	$\frac{\text{AvalP}_{\text{Clima}}}{\text{Aval}_{\text{Clima}}} \times 100$
Variáveis	<p>AvalP_{clima}: Quantidade de avaliações positivas na pesquisa de clima organizacional</p> <p>Aval_{clima}: Total de avaliações da pesquisa de clima organizacional</p>

	2019(base)	2021	2023	2025
Meta	75,0%	80,0%	82,5%	85,0%
Realizado	80,5%			

Periodicidade: Bial
Unidade de medida: Percentual
Fonte: CEGI

Esclarecimentos Mede o grau de satisfação dos magistrados e servidores em relação a diferentes aspectos da cultura ou realidade aparente da organização, tais como: trabalho em equipe, liderança, conhecimento do tribunal, motivação, qualidade, administração, infraestrutura, relacionamento interpessoal e comunicação.

INDICADORES DE DESEMPENHO



Objetivo estratégico: 10. Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

Indicador Índice de processos judiciais eletrônicos (Meta Nacional 11)

Descrição Mede o nível de informatização do tribunal, considerando o total de casos pendentes eletrônicos em relação ao total de casos pendentes (1º e 2º graus).

Fórmula
$$\frac{\text{PendElet}}{\text{PendTot}} \times 100$$

Variáveis
PendElet: Total de casos pendentes eletrônicos
PendTot: Total de casos pendentes físicos e eletrônicos

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Realizado	99,6%						

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: e-Gestão

Esclarecimentos

INDICADORES DE DESEMPENHO



Objetivo estratégico: 10. Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

Indicador Índice de conformidade da integridade e segurança dos sistemas e das bases de dados

Descrição Visa garantir a conformidade dos Tribunais da Justiça do Trabalho em relação aos normativos vigentes principalmente à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Fórmula ICPPDU = IA (nota obtida no questionário)

Variáveis IA: Índice de Adequação do Tribunal (Resultado obtido do questionário)

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	-	0,30	0,50	0,70	0,80	0,90	1,00
Realizado	-						

Periodicidade: Bimestral

Unidade de medida: Decimal

Fonte: Setic

Esclarecimentos O Índice de adequação será obtido por meio de questionário. A nota final será calculada com base nas respostas de cada questão. Cada questão terá um valor atribuído de 0 a 1. A consolidação das respostas indicará o nível de adequação baseada na seguinte escala: 0,00 a 0,29 - Inicial; 0,30 a 0,49 - Básico; 0,50 a 0,69 - Intermediário; 0,70 a 0,89 - Em Aprimoramento; 0,90 a 1,00 - Aprimorado

INDICADORES DE DESEMPENHO



Objetivo estratégico: 10. Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

Indicador Índice de Satisfação com os Sistemas de TIC

Descrição Mede o grau de satisfação do atendimento às necessidades dos usuários finais, ou seja, a qualidade percebida por esses usuários quanto à satisfação de suas demandas de sistemas de informação jurídicas e administrativas.

Fórmula
$$\frac{(S1 + S2 + \dots + Sn)}{n} \times 100$$

Variáveis **(S1 + S2 + ... + Sn):** Média da avaliação de satisfação com os sistemas (1,2,...,n)
n: Total de sistemas avaliados

	2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	-	65,0%	70,0%	75,0%	80,0%	85,0%	90,0%
Realizado	-						

Periodicidade: Semestral

Unidade de medida: Percentual

Fonte: Setic

Esclarecimentos Os dados são fornecidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, mediante Pesquisa de Satisfação junto aos usuários.